



TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS E DA
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 10

Piauí

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Paulo de Tarso Almeida Paiva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

set
c

Tendências Demográficas

Uma análise dos Censos Demográficos e
da Contagem da População 1996

volume 10

Piauí

Rio de Janeiro
1998

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)
ISBN 85-240-0694-3 volume 10 Piauí

© IBGE, 1998

Projeto Editorial

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

Estruturação

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Elizabeth Santos da Fontoura
Neuza Maria de O. G. Damásio
Sonia Gonçalves da Rocha

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Iaracy Prazeres Gomes
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Monsoreis

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1998.

Capa

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.
- Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI.Div. de Biblioteca e Arcevos Especiais CDU 312(81)
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

Equipe Técnica

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

Divisão de Estudos e Análises Demográficas

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)

Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,

Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,

Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

Apoio Computacional

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,

Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

Apoio Administrativo

Elizabeth Costa Bezerra

Agradecimentos

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)

Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

Apresentação

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, novembro de 1998

Lenildo Fernandes Silva

Diretor de Pesquisas

Sumário

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado	9
Estrutura por sexo e idade	15
Nupcialidade	21
Migrações internas	25

Características sociais e econômicas

Raça ou cor	27
Religião	31
Deficiência física ou mental	33
Nível de escolaridade	35
Família	37
Domicílio	40
Características econômicas	43

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado

O Estado do Piauí atingiu em 1^o de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 2 673 085 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 0,71% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 90 948 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 3,52% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 189 mil habitantes, ou seja, 13,82% em relação a população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Tabela 1
População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
Total		
1 ^o de setembro de 1960	1 242 136	
1 ^o de setembro de 1970	1 680 573	3,07
1 ^o de setembro de 1980	2 139 021	2,44
1 ^o de setembro de 1991	2 582 137	1,73
1 ^o de agosto de 1996	2 673 085	0,71
Urbana		
1 ^o de setembro de 1960	285 566	
1 ^o de setembro de 1970	536 612	6,51
1 ^o de setembro de 1980	897 994	5,28
1 ^o de setembro de 1991	1 367 184	3,90
1 ^o de agosto de 1996	1 556 115	2,67
Rural		
1 ^o de setembro de 1960	956 570	
1 ^o de setembro de 1970	1 143 961	1,81
1 ^o de setembro de 1980	1 241 027	0,82
1 ^o de setembro de 1991	1 214 953	(-) 0,19
1 ^o de agosto de 1996	1 116 970	(-) 1,70

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 2
Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
Total	443 116	90 948	20,72	3,52
Homens	212 845	48 932	20,30	3,88
Mulheres	230 271	42 016	21,11	3,18
Urbana	469 190	188 931	52,25	13,82
Homens	218 393	94 566	51,78	14,77
Mulheres	250 797	94 365	52,66	12,98
Rural	(-) 26 074	(-) 97 983	(-) 2,10	(-) 8,06
Homens	(-) 5 548	(-) 45 634	(-) 0,89	(-) 7,35
Mulheres	(-) 20 526	(-) 52 349	(-) 3,34	(-) 8,82

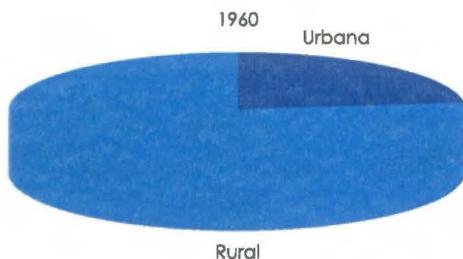
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 3
Grau de urbanização - 1960/1996

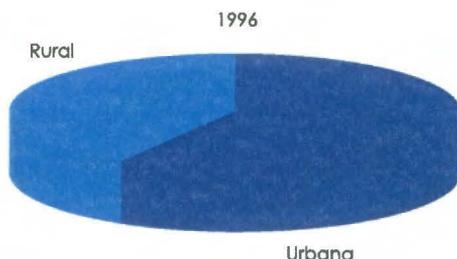
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
		22,99	31,93	41,98	52,95

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Grau de urbanização - 1960/1996



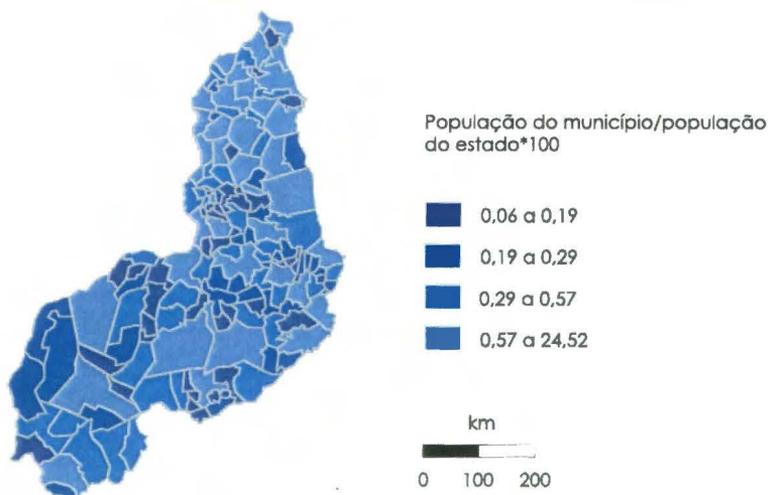
Fonte: Censo demográfico 1960.
Rio de Janeiro: IBGE, 1966.



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Estado do Piauí ocupa a décima quinta posição no *ranking* nacional, concentrando 1,70% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a sexta posição, mantendo praticamente a mesma participação (5,97%) que a do Censo Demográfico 1991 (6,08%).

Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

O ritmo de crescimento do interior¹ do Piauí, da ordem de 0,35%, foi inferior ao registrado para a capital, situado em 1,84%. A capital Teresina apresentou um aumento populacional de 56 201 habitantes, correspondendo a 9,38%, em relação ao Censo Demográfico 1991. Já o interior apresentou um crescimento absoluto de 34 747 pessoas, representando um aumento relativo de 1,75%. A densidade demográfica cresceu 3,52%, passando de 10,23 hab./km², em 1991, para 10,59 hab./km² em 1996.

Tabela 4
População residente, crescimento relativo, participação relativa, e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996

Estado, Capital e Interior	População residente		Crescimento relativo (%)	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
	1991	1996	1991/1996	1991	1996	1991/1996
Estado	2 582 137	2 673 085	3,52	100,00	100,00	0,71
Capital	599 272	655 473	9,38	23,21	24,52	1,84
Interior	1 982 865	2 017 612	1,75	76,79	75,48	0,35

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

O conjunto dos dez municípios mais populosos do Piauí, em 1996, reunia 1,20 milhão de pessoas que correspondiam a 44,88% da população estadual. A capital, concentrava 24,52% do efetivo populacional do estado, ou seja, 655 473 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população esta compreendida entre 37 mil e 132 mil habitantes, o equivalente a 20,36%.

¹ Considera-se "Interior" o espaço territorial do estado, exceto o da capital estadual.

Tabela 5
Municípios mais populosos e municípios com maiores
taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Teresina	655 473	Lagoa do Barro do Piauí	5,15
Parnaíba	131 885	Miguel Leão	4,40
Picos	76 194	São José do Divino	4,35
Piripiri	59 921	Marcolândia	4,04
Campo Maior	59 300	Nossa Senhora dos Remédios	3,88
Floriano	52 222	Baixa Grande do Ribeiro	3,88
Pedro II	44 875	Lagoa Alegre	3,23
Barras	44 083	Dom Expedito Lopes	2,65
Altos	38 136	Gilbués	2,64
Oeiras	37 502	Piracuruca	2,34

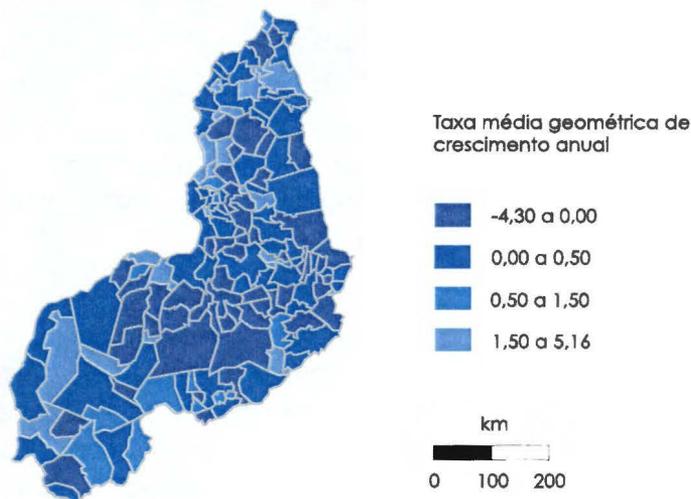
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional do estado, nos últimos cinco anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Lagoa do Barro do Piauí (5,15%) e o menor no Município de Palmeira do Piauí com 2,57%. A menor taxa de crescimento do estado (-4,30%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Antônio Almeida.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano, no período de 1991-1996, atingiu 6,08% do total do estado. O destaque ficou com os municípios considerados de baixo porte (até 10 000 habitantes), os quais, dentre os que cresceram a este ritmo, superaram a 89% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham mais de 10 000 a 50 000 habitantes (11,11%).

O Estado do Piauí foi contemplado com 30 novos municípios, nestes últimos cinco anos, contabilizando um total de 148 municípios, em 1996.

Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Estrutura por sexo e idade

No Estado do Piauí, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 52 665 mulheres, em relação ao número total de homens, o que resultou em uma razão de sexo de 96,14%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 89 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 106 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

Tabela 6
Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	97,92	85,74	101,87
1970	97,14	88,68	101,38
1980	96,13	88,55	102,01
1991	95,49	88,04	104,61
1996	96,14	89,44	106,29

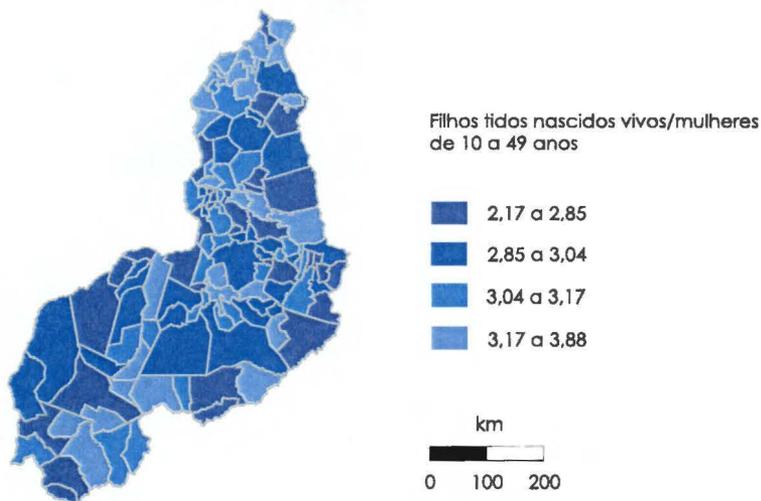
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80 a estrutura etária da população brasileira, dada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticoncepcionais orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando².

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado do Piauí apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das *coortes* intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

² As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991

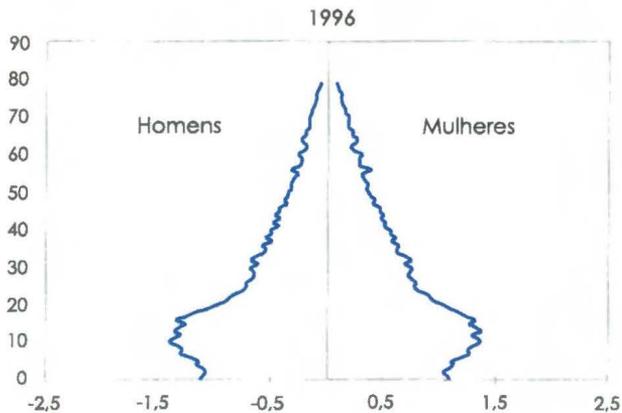
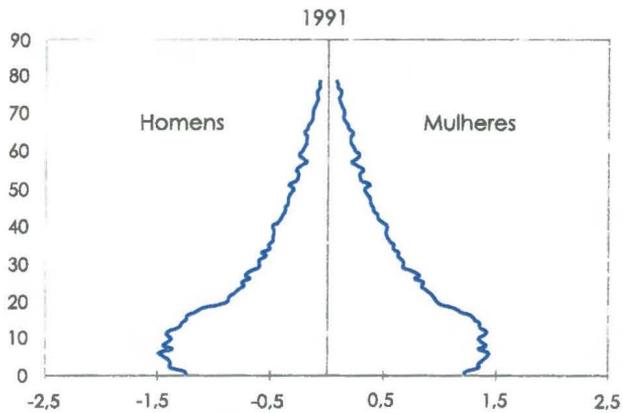
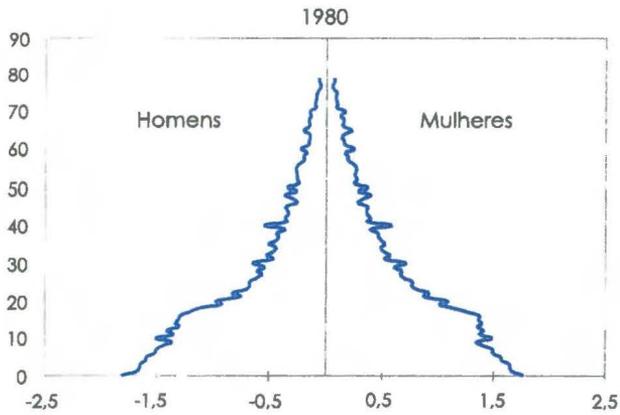


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e ocorreram, em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade), permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 7
Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	47,08	47,64	45,48	40,99	36,77
15 a 64 anos	50,49	49,64	50,77	54,46	58,02
65 anos ou mais	2,43	2,72	3,74	4,55	5,21

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Assim, a Contagem da População 1996 revelou, para o total do estado, uma relação de 72 jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às áreas urbana e rural, em 1996, são significativas. Enquanto o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) sobre a população com idades entre 15 e 64 anos, residentes no contexto urbano do estado, correspondia a 65,79%, nas áreas rurais este indicador alcançou 82,45%.

A parcela de jovens (36,77%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (5,21%) é pequena.

Em 1991, a idade de 17,7 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996, a idade mediana chegou a 19,5 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 18,9 anos, enquanto que a referente às mulheres posicionou-se nos 20,2 anos de idade. Este comportamento diferencial da idade mediana de homens e mulheres explica-se pela maior expectativa de vida das mulheres.

Tabela 8
Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	98,07	89,92	100,63
1970	101,47	94,19	105,07
1980	96,95	85,68	106,00
1991	83,62	74,74	94,75
1996	72,36	65,79	82,45

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 9
Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	15,7	15,4	16,1
1991	17,7	17,1	18,3
1996	19,5	18,9	20,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

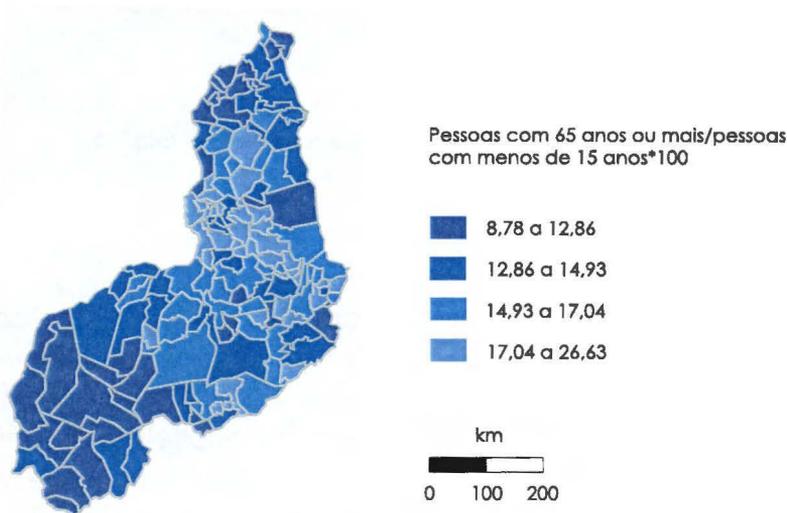
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais) em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 5 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 14 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nupcialidade

A composição da população de 15 anos ou mais por estado conjugal no Estado do Piauí caracteriza-se pela proporção de 56,21% de pessoas casadas e, praticamente, um terço de solteiros, observando-se decréscimo na participação de casados e de solteiros, no período de 1980-1991. Esse último período apontou aumento na participação de separados, desquitados e divorciados.

Tabela 10
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo,
segundo o estado conjugal - 1980/1991

Estado conjugal	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Solteiros	35,94	35,53	38,05	37,93	33,96	33,31
Casados	57,12	56,21	58,91	58,58	55,44	54,03
Separados	2,27	3,43	1,16	1,66	3,32	5,07
Desquitados	0,08	0,38	0,06	0,22	0,10	0,52
Divorciados	0,01	0,15	0,01	0,07	0,02	0,23
Viúvos	4,58	4,30	1,82	1,54	7,17	6,85

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural do estado. Apenas os níveis variaram de acordo com os estratos, de forma que nas áreas urbanas encontraram-se proporções mais elevadas de solteiros, de pessoas separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam os casados.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado do Piauí, havia diferença nos tipos de união, com vantagem para a *união no civil e religioso*, no entanto as *uniões consensuais* eram menos freqüentes. Em 1991, a tendência persistiu quanto as uniões realizadas no *civil e religioso*, e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 112,90%. As uniões realizadas *somente no religioso* apresentaram declínio de 20,88%.

Tabela 11
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas,
por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991

Tipo de união	Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Civil e religiosa	49,65	45,64	55,38	45,18	45,86	46,14
Somente civil	21,85	25,90	26,17	30,59	18,99	20,82
Somente religiosa	24,09	19,06	13,27	13,27	31,23	25,32
União consensual	4,42	9,41	5,17	10,96	3,92	7,72

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

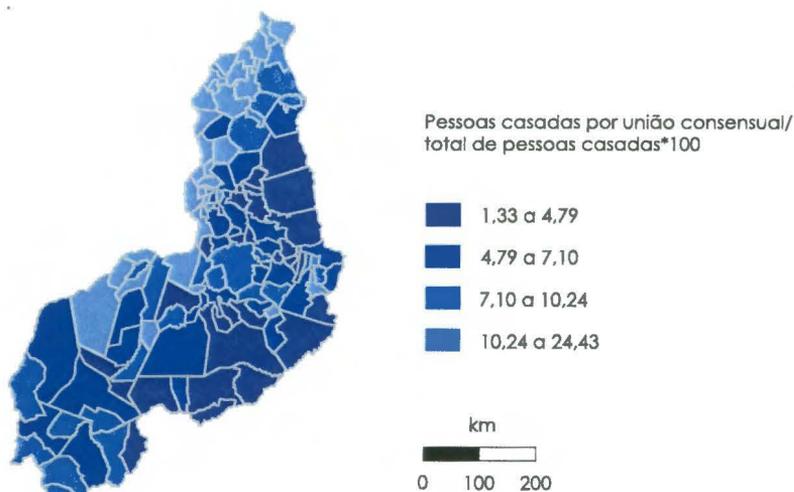
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo tanto na área urbana quanto na área rural, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 era superior em quase um ano àquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas, por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi de 22,5 anos, para os homens 24,4 anos e para as mulheres 20,7 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com quatro anos a mais que as mulheres.

No último censo, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com cônjuge atual ou mês e ano em que passou a viver a situação indicada.*

No tocante ao número de uniões conjugais, 96,50% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica urbana.

Migrações internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais, que se processou na década de 80, prosseguiu no primeiro quinquênio da década de 90. No Estado do Piauí vê-se a estabilidade na proporção de migrantes no período de 1980-1991, tanto na situação do domicílio urbano quanto na rural. A área urbana do estado detinha a maior proporção de migrantes em 1991, fato também observado em 1980. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (54,82%). No meio rural a proporção de homens supera a de mulheres, enquanto que o urbano dita o padrão estadual.

Tabela 12
Proporção de pessoas não-naturais do município,
segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
Total	21,16	23,83
Urbana	35,03	35,42
Rural	11,12	10,79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos da própria Região Nordeste, especificamente do Estado de Maranhão. Nesse conjunto, as mulheres imigrantes predominam no fluxo dos maranhenses. Na Região Nordeste outro estado que contribuiu para o conjunto dos imigrantes interestaduais foi o Estado do Ceará.

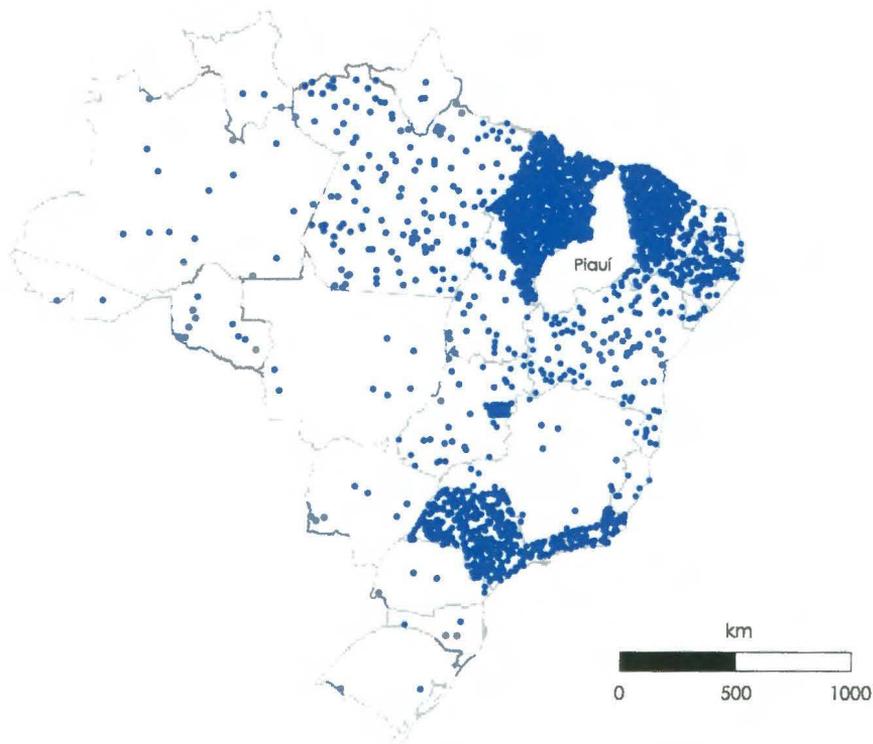
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam em 1991, um conjunto expressivo de 67,79%, em relação ao total de migrantes do estado.

Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram a menos de dez anos correspondiam em 1991 a 47,37%.

Os mapas, a seguir, mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

Pessoas residentes no Piauí a menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991



Pessoas residentes no Piauí a menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Características sociais e econômicas

Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto a sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado do Piauí classificaram-se, em sua maioria, segundo o último levantamento censitário, como sendo de cor parda (72,47%). Este contingente, em 1980, representava 78,04%. Enquanto o percentual das pessoas pardas declinava, crescia o das pessoas que se declaravam como sendo de cor branca passando de 15,46%, em 1980, para 21,88%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta declinou em 12,34%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

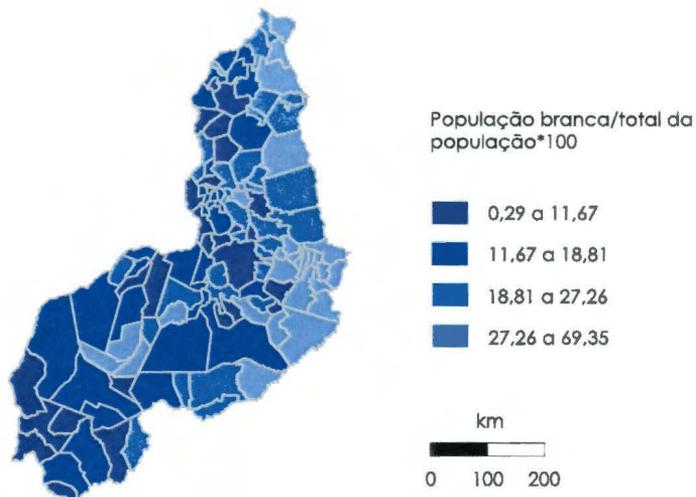
No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,01% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora de aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial segundo a situação do domicílio, pois do total dos índios residindo no estado, 65,08% habitavam a área rural.

Tabela 13
Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991

Raça ou cor	Situação do domicílio					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Branca	15,46	21,88	16,75	23,19	14,52	20,40
Preta	6,40	5,61	6,08	4,31	6,64	7,07
Amarela	0,10	0,03	0,14	0,03	0,07	0,03
Parda	78,04	72,47	77,03	72,46	78,77	72,48
Indígena	-	0,01	-	0,01	-	0,02

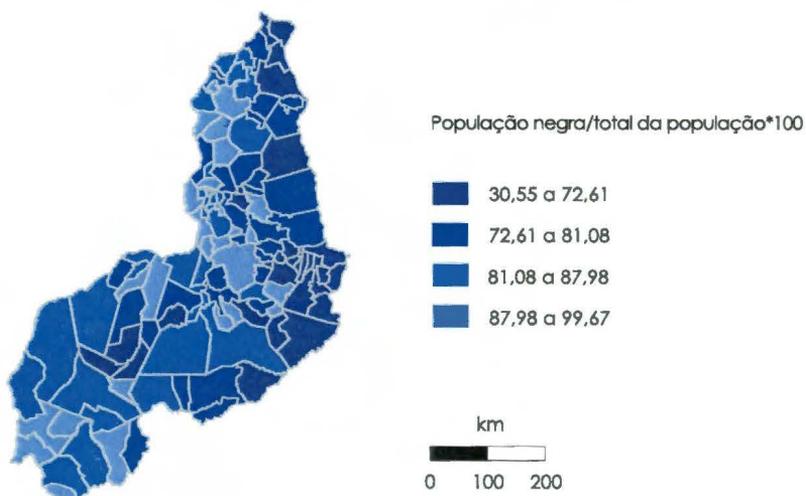
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Proporção da população branca - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Proporção da população negra - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-las no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda, mais de 80,00% não ultrapassam a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades de agropecuária, extração vegetal e pesca, com proporção acima de 50,00%, e as de cor branca representam 40,08% nesta mesma atividade.

Tabela 14
Proporção da população residente, por raça ou cor,
segundo as classes de anos de estudo - 1991

Classes de anos de estudo	Raça ou cor		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Sem instrução e menos de 1 ano	39,82	61,32	46,78
1 a 3 anos	22,08	22,41	25,64
4 anos	11,47	7,39	10,40
5 a 7 anos	8,20	4,46	7,17
8 anos	4,43	1,53	3,05
9 a 11 anos	10,82	2,46	6,00
12 anos ou mais	3,16	0,39	0,92
Não determinados	0,02	0,04	0,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Tabela 15
Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991

Setor econômico de atividade	Raça ou cor		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	40,08	60,12	47,61
Indústria de transformação	4,62	4,16	5,15
Indústria da construção civil	3,48	5,27	5,92
Outras atividades industriais	1,11	1,02	1,37
Comércio de mercadorias	12,26	4,83	8,11
Transporte e comunicação	2,38	1,51	2,24
Prestação de serviços (1)	12,19	14,01	14,05
Social	14,36	5,90	9,81
Administração pública	7,69	2,88	4,93
Outras atividades	1,83	0,30	0,82

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

Religião

No Estado do Piauí, o catolicismo predomina largamente como a religião professada ou culto praticado, na proporção de 94,99%, segundo o Censo Demográfico 1991, decaindo levemente àquela observada em 1980 (97,48%). O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (2,90%), que em 1980 representavam 1,93%. Os não praticantes de nenhuma religião correspondem a 1,72%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração do informante sobre a seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-los com os censos anteriores.

Tabela 16
Proporção da população residente, por sexo,
segundo a religião - 1980/1991

Religião	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cristã tradicional	97,48	94,99	97,58	95,04	97,38	94,94
Cristã reformada	1,93	2,90	1,78	2,57	2,08	3,22
Mediúnica	0,13	0,17	0,13	0,16	0,13	0,18
Judaica ou Israelita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Oriental	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,03
Outras (1)	0,20	0,20	0,19	0,18	0,21	0,23
Sem religião	0,25	1,72	0,32	2,05	0,18	1,40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

Católica Apostólica Romana - 94,83%

Católica Apostólica Brasileira - 0,16%

Católica Apostólica Ortodoxa - 0,00%

- Cristã Reformada

Evangélica Tradicional - 0,78%

Evangélica Pentecostal - 2,06%

- Neocristã

Mórmon - 0,01%

Testemunha de Jeová - 0,18%

Outra - 0,00%

- Mediúnica
 - Espírita – 0,09%
 - Umbandista - 0,08%
 - Candomblé - 0,00%

- Judaica ou Israelita

- Oriental
 - Budismo - 0,00%
 - Messiânica - 0,02%
 - Outra - 0,00%

- Outra

- Sem religião

- Não determinada, Maldefinida e Sem declaração.

Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficiências graves (os cegos, os surdos ou mudos). Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pela Organização das Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (dos quais os cegos formam

um subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (dos quais os surdos formam um subgrupo).

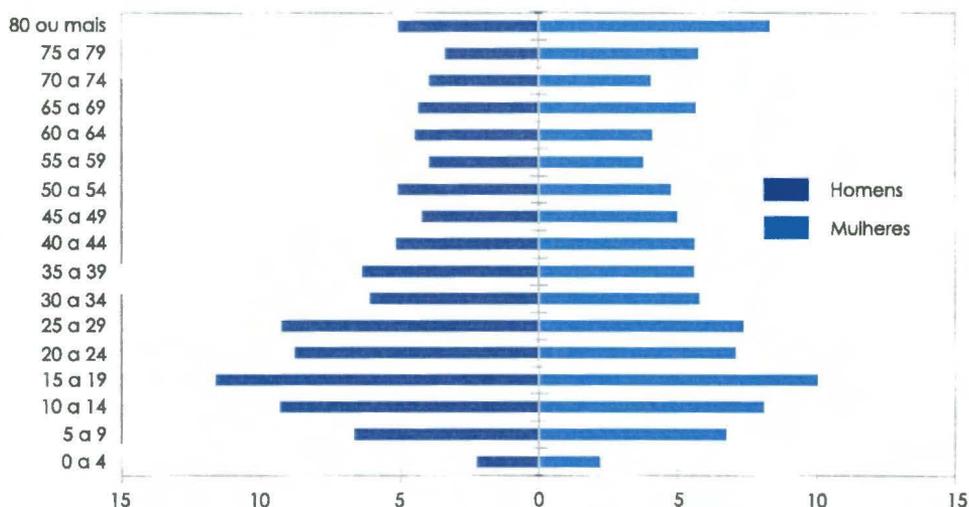
Como deficientes mentais, foram consideradas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais, as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

No Estado do Piauí, existem aproximadamente 29 382 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência no total do estado é pequena, atingindo a 1,14%, sendo relevante o percentual das pessoas que não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas, 98,86%. A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,32%, enquanto que para o sexo feminino ficou em 0,96%. O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 4 012 pessoas.

Do total de deficientes do estado, 56,24% eram deficientes físicos e 38,89% se declararam deficientes mentais, sendo que 4,87% revelaram ter mais de um tipo de deficiência. Apesar dos tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem considerados, acredita-se que foram incorretamente incluídos, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

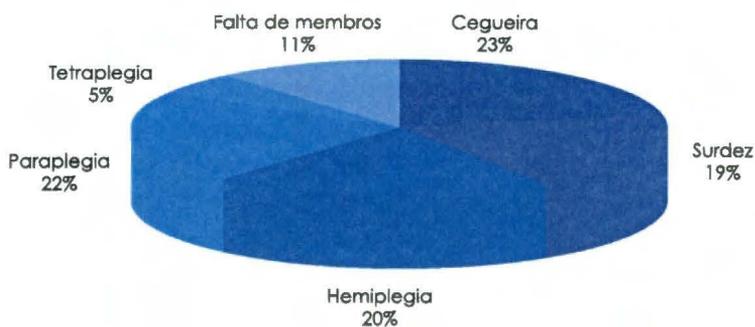
O padrão da estrutura etária da população deficiente caracteriza-se por uma pequena proporção no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriormente ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança aproximadamente 19,78% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevivência feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é bem mais elevada.

Composição por sexo e idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Estado do Piauí vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi calculado para o Censo Demográfico 1991, o analfabetismo funcional, que é defini-

do operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de quatro séries completas, ou do antigo ensino primário. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi de 54,26%, bem inferior à de 1991 que era de 74,24%.

O nível educacional da população do Estado do Piauí continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

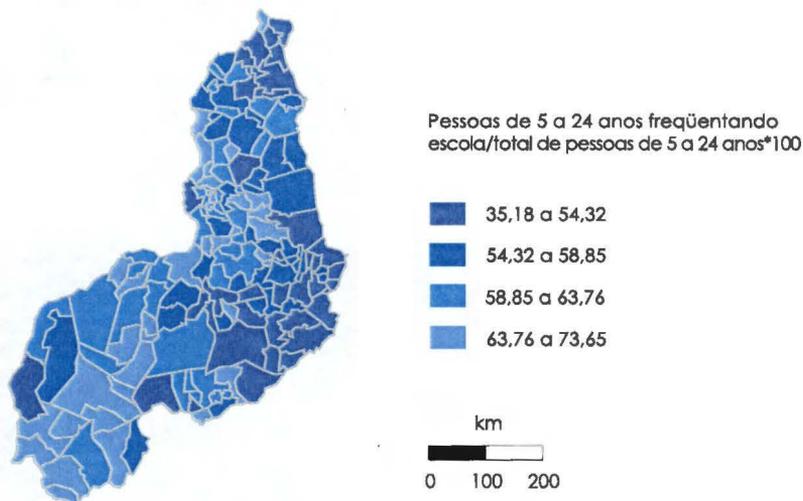
Tabela 17
Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos,
segundo os grupos de idade - 1991/1996

Grupos de idade	Taxas de escolarização					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	50,60	47,21	53,92	61,38	59,34	63,41
5 a 9 anos	53,22	50,95	55,54	76,43	74,67	78,22
10 a 14 anos	72,67	69,07	76,22	85,23	83,46	87,02
15 a 19 anos	46,09	40,61	51,41	51,80	48,53	55,07
20 a 24 anos	17,46	13,68	20,88	17,65	14,77	20,36

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

No período de 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem, na sociedade, a população escolarizável ideal.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto restringe-se a fornecer uma visão geral destas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular e ao conjunto de, no máximo, 5 pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionado ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

Tabela 18
Número médio de pessoas por família,
segundo a situação do domicílio - 1980/1991

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
Total	5,16	4,56
Urbana	5,17	4,33
Rural	5,15	4,85

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos, vêm mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980 a 1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de famílias, e da queda no percentual de chefes do sexo masculino no período de 1980-1991 no Estado do Piauí.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e com 1 a 3 anos de estudo e, em contrapartida, aumento na proporção de chefes escolarizados (com 4 anos ou mais de anos de estudo).

Tabela 19
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991

Sexo do chefe	Proporção de famílias	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Homens	84,03	78,42
Mulheres	15,97	21,58

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Tabela 20
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991

Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Sem instrução e menos de 1 ano	64,15	49,17
1 a 3 anos	17,21	18,83
4 anos	8,97	12,28
5 a 8 anos	4,88	9,09
9 a 11 anos	3,37	8,11
12 anos ou mais	1,38	2,51
Sem declaração	0,03	0,01

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Quanto à análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da agropecuária, extração vegetal e pesca, que foram os responsáveis pela absorção da maior parte da PEA, seguidos do comércio de mercadorias e da prestação de serviços, que apresentaram sensíveis aumentos em relação ao Censo Demográfico 1980.

Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência pode ser analisada pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

No Estado do Piauí, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 9,49% no último período censitário, caindo de 5,48 em 1980 para 4,96 em 1991. Este comportamento persistiu tanto na área urbana com uma redução de 11,25% quanto na área rural com 7,05%.

Já em 1996, tínhamos uma média de 4,57 pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes no estado.

Tabela 21
Densidade domiciliar,
segundo a situação do domicílio - 1980/1996

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
Total	5,48	4,96	4,57
Urbana	5,42	4,81	4,43
Rural	5,53	5,14	4,78

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

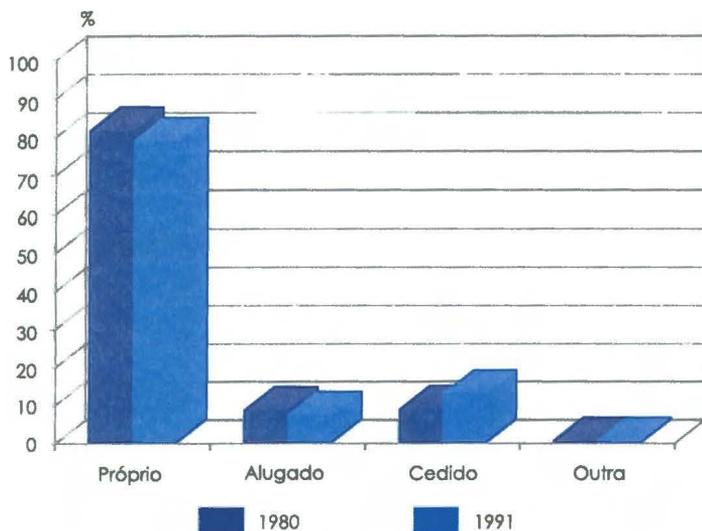
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, taipa revestida, ou madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto, ou madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos, deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como: taipa não-revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc. Nos dois últimos levantamentos censitários, vem se observando um aumento das unidades duráveis.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 49,02% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 33,31% possuíam canalização que levava ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo de apenas 15,71% aquelas que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Estado do Piauí verificada no último censo em relação a 1980, revelou que houve um declínio de 3,35% nesta condição de ocupação. Entretanto, ao contrário apresentou-se a proporção dos domicílios cedidos, (sejam por empregador ou particular) com crescimento de 46,52%.

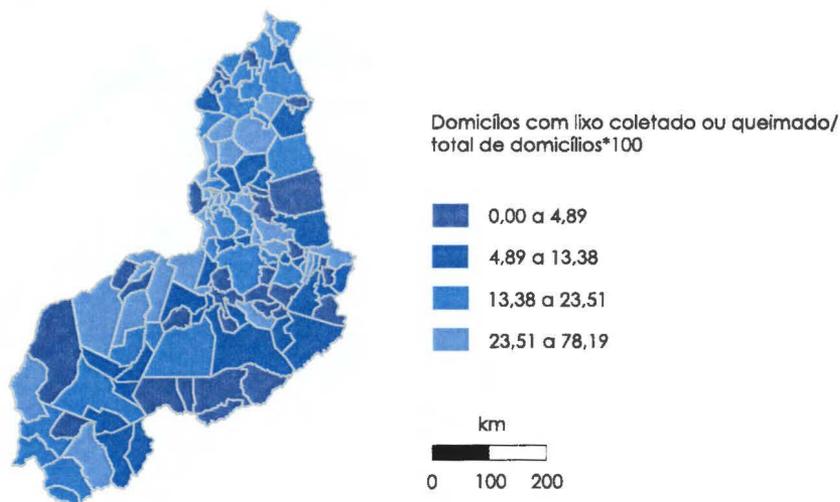
Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991 ficou evidenciado que o controle da coleta do lixo domiciliar neste estado atingiu 35,29% das moradias, sendo que destas 23,74% tiveram recolhimento efetuado diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

Proporção de domicílios com lixo tratado - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

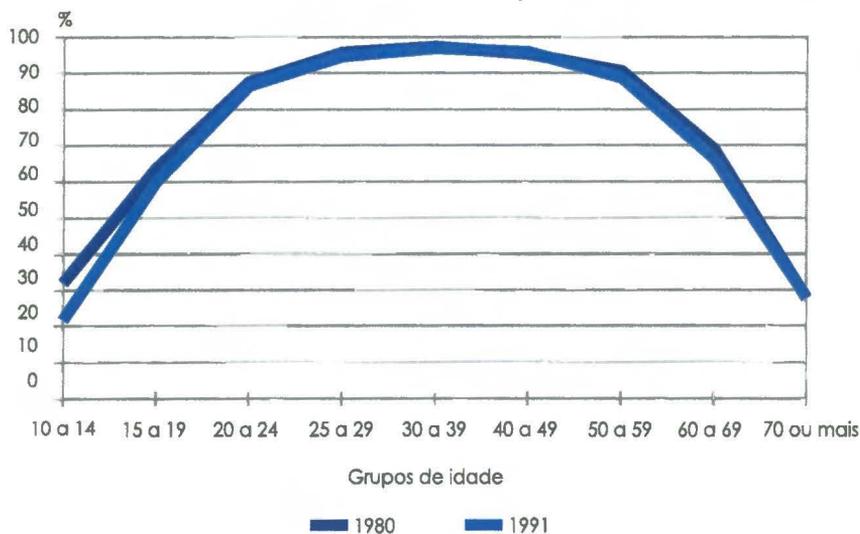
Características econômicas

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 46,84% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo que 69,80% eram homens e 25,48%, mulheres. Com respeito a evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Estado do Piauí, confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

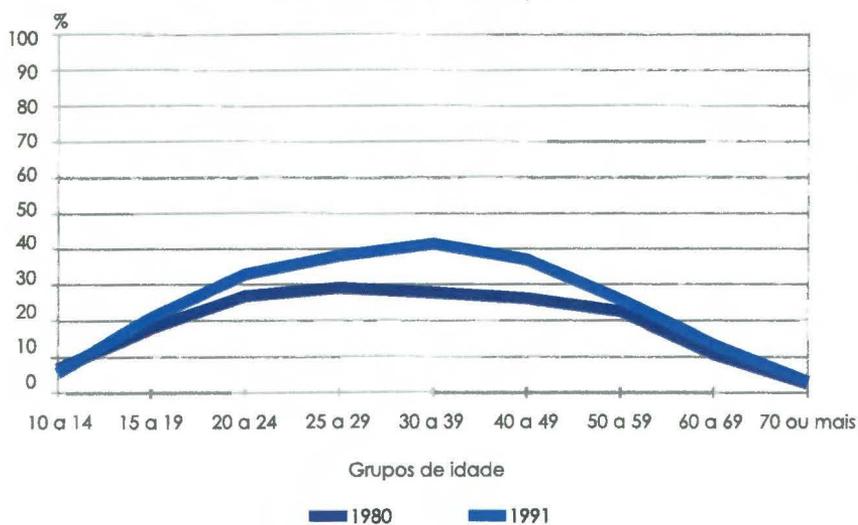
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 25 até 49 anos, implicando aumentos na participação das mulheres.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram o agropecuário, extração vegetal e pesca, seguido do comércio de mercadorias. O comportamento masculino dita o total da população, e quanto à absorção de mão-de-obra feminina, destacam-se a prestação de serviços e as atividades sociais, que juntas absorveram 56,04% das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 22
Distribuição percentual da população economicamente ativa,
segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991

Setor econômico de atividade	Sexo					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	59,99	45,75	68,40	56,74	30,91	17,73
Indústria de transformação	4,53	4,90	4,29	5,14	5,37	4,29
Indústria da construção civil	5,13	5,33	6,57	7,12	0,16	0,77
Outras atividades industriais	0,80	1,29	0,95	1,43	0,29	0,92
Comércio de mercadorias	5,75	8,76	5,59	8,40	6,29	9,69
Transporte e comunicação	1,87	2,24	2,25	2,85	0,53	0,69
Prestação de serviços (1)	9,45	13,37	4,24	7,73	27,46	27,74
Social	6,10	10,31	1,82	3,25	20,90	28,30
Administração pública	3,40	5,38	3,32	5,02	3,69	6,29
Outras atividades	1,42	1,00	1,15	0,89	2,35	1,27
Nenhum	1,56	1,67	1,43	1,42	2,04	2,31

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.